

**Batalhas de algodão: a infância operária interrompida pelo trabalho nas indústrias têxteis do rio de janeiro.\***

Ricardo Medeiros Pimenta

Introdução:

Este trabalho analisa nas indústrias têxteis do Rio de Janeiro algumas questões referentes ao emprego do trabalho infantil utilizando, para tal, alguns estudos de casos referentes às décadas de 20, 30 e 40. A imagem do operário esteve, portanto, não só emoldurada pela participação dos homens e mulheres, como também pela presença “dócil” e rentável da mão-de-obra infantil. No período estabelecido em nossa pesquisa, sendo este a primeira metade do século XX, os atores sociais que hoje são “velhos” trazem em sua memória a “marca” — a lembrança — de sua entrada no espaço fabril, e assim, de sua própria infância mesclada às relações de trabalho ali desempenhadas.

Dessa forma, ao exporem sentimentos onde melancolia e saudades agregam suas lembranças pela fala, estes ex-operários explicitam nos próprios discursos algumas condições nas quais a infância é interpelada de forma muito íntima pela lembrança do barulho e periculosidade das lançadeiras e rolos, pelos restos de algodão, pelo calor das tinturarias e o duro trabalho do alvejamento.

Para este estudo, o operariado aqui tratado, através do uso metodológico da História Oral, compôs-se das companhias têxteis América fabril e Nova América; companhias estas de relevante significância no cenário urbano carioca do século XX.

Enquanto a América fabril foi fundada ainda em 1878, no distrito de Magé, em Pau Grande; a Nova América só viria a existir após uma cisão da diretoria da, então, América Fabril em 1924. Neste ano a América Fabril possuía, então, mais quatro fábricas na cidade do Rio de Janeiro, apontando assim como o maior complexo industrial têxtil do estado do Rio de Janeiro na primeira metade daquele século — as fábricas compunham-se das unidades Cruzeiro, no Andaraí; Bonfim e Mavilis, no Caju e Carioca, no Jardim Botânico.

Já a Nova América localizou-se por quase 35 anos unicamente no bairro de Del Castilho, no subúrbio carioca, quando então, se expandiu para a localidade de Imbariê no

município de Duque de Caxias nos anos 60. Este fato, entretanto, não impediu que a mesma, juntamente com outras indústrias de “peso” — como a antiga companhia Progresso Industrial, ou a fábrica Confiança —, tornasse grande concorrente da percussora América Fabril.

São, portanto, estes operários de diferentes unidades fabris as quais compunham estas duas companhias, que têm em seus relatos alguns dos “retalhos” que compõem uma memória ainda atuante no espaço social; e que na história de vida de diversos deles apresentam como uma de suas demais interseções, a questão do trabalho infantil.

#### O cenário infantil no *kosmos* fabril:

Nas companhias têxteis estudadas as crianças compunham um número expressivo de operários. Serviços de escolas primárias e creches — muito usados por políticas industriais patronais, por exemplo — tornavam-se, assim, não só um benefício que muitas vezes seria pago através de uma mão-de-obra “barata” ou “dócil”, quase “agradecida”<sup>1</sup>; tornavam-se também extensão do “braço” disciplinador e institucionalizante fabril que por sua vez controlava parte da vida exterior à fábrica.

Ou seja, uma “disciplinarização extensiva”<sup>2</sup>, preocupada não só pela ação dos operários adultos, e em seu controle; mas também pela “docilização” dos jovens instituindo-os desde o mais breve início no ritmo do trabalho ali desenvolvido; estendendo, assim, os meios de controle do trabalhador à esfera privada, infligindo à sua família as mesmas diretrizes sociais e políticas.

Ou seja, como um meio de “salvaguardar” o futuro dos jovens, a admissão de menores tornava-se cada vez mais comum para as grandes e “magnéticas”<sup>3</sup> indústrias do cenário urbano carioca — principalmente nas décadas de 1900, 10 e 20. Como Maria Auxiliadora G. de Decca aponta, o trabalho dos menores era, portanto, justificado pela direção fabril como meio de “retirá-lo de meios ‘malsãos’ e viciados”<sup>4</sup>.

Para grande número destes antigos operários, a ida à fábrica esteve intimamente ligada com a necessidade de dinheiro para suas famílias e, assim, da contribuição para o

orçamento da casa. E era desta forma que, segundo Margareth Rago, o discurso industrial se mantinha já desde as primeiras décadas do século XX:

“(...) os próprios pais operários desejavam que seus filhos trabalhassem em seus estabelecimentos, pois isto representaria um alívio no orçamento doméstico. Os dois lados saíam beneficiados deste contrato: os patrões economizariam ao empregar uma força de trabalho não-especializada e mais econômica; os pais lucrariam, completando seu rendimento financeiro”.<sup>5</sup>

De fato, era na admissão de jovens, crianças e mulheres que as fábricas diminuía seus gastos com o operariado. Uma mão-de-obra pouco qualificada, e mais suscetível à disciplina e suas conseqüências — no caso das crianças, principalmente — compunha também o espaço social<sup>6</sup> operário, cuja formação muitas vezes sustentava-se pelos discursos de “moralização” e de bem social:

“(...) A subtração dos menores das fábricas, longe de lhes dar amparo abriam as portas para a vagabundagem e para o vício, a que serão conduzidos com todo o seu cortejo de misérias e ignomínias.”<sup>7</sup>

A questão do orçamento familiar sempre se mostrava implicada à necessidade do trabalho. Mesmo nos anos 40; como o caso do senhor “Toninho”; ex-operário da companhia Nova América, que ali trabalhara desde 1946 até início de 2004. Imbuído de afeto e ansiedade na construção de sua narrativa, o sr. Toninho lembra da época que, ainda menor de idade, começara a trabalhar na mesma companhia que seu pai integrava desde a formação em 1924:

“(...) 22 de janeiro de 1946, a pedido do meu pai, seu Avelino José Fernandes, pediu e tal, tem um filho que queria ingressar... bota lá pra trabalhar, pra ajudar ele também na ajuda do orçamento da casa... (...) aí meu pai pediu sabe? (...) dali a minha carreira começou. Meu pai pediu, aí eu fui pra fiação... pra fiação nova, por que meu pai era chefe da fiação velha (...)”<sup>8</sup>

Da mesma forma, outros companheiros de fábrica, como o caso do senhor Agenor — também um ex-operário da Nova América desde 1949, esteve presente em diversas seções

e cargos —, compartilham as mesmas questões acerca dos motivos para o ingresso nas fileiras operárias. Suas histórias de vida retratam um cotidiano social da família proletária que encontrava no trabalho, exercido por todos seus membros possíveis, o canal de sobrevivência.

“(...) nós viemos numa situação muito difícil né, meu pai era chofer de praça, e... teve racionamento de gasolina, teve que ir pra guerra; foi uma época de muitas privações; (...) Aos treze anos, quando nossa necessidade, começar a trabalhar, eu comecei a trabalhar com treze anos com autorização do juizado de menores, comecei a trabalhar com uns 13 anos na, numa seção de... tinturaria de pano, um conjunto de seções que chamava de acabamento geral que pegava o pano cru, né? (...) Um, um lugar assim de uma insalubridade muito grande, muita insalubridade, muito calor, né? E... eu com meus 13 anos encarei, enfrentei aquela solidão [emoção]. Era um emprego provisório, provisório para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos que estavam interrompidos; e eu realmente fui trabalhar (...)”.<sup>9</sup>

A entrada desses jovens, entretanto, estaria tangenciada não só pela necessidade primária de ajuda à família. O ideal do “ser cidadão”, de ser parte de um “orgânico” todo, enquanto uma “pessoa coletiva”<sup>10</sup> já estava disseminado desde os anos 30, permeando no imaginário popular o binômio trabalho/cidadania. O valor do trabalho pairava como parte indissociável à constituição do homem enquanto cidadão; e neste escopo, não só homens como mulheres e crianças também detinham em um imaginário coletivo a questão do trabalho, e de sua capacidade produtiva, como “passagem” para a cidadania.

Neste ínterim, como tratar de cidadania, e questões que englobem um dito “ator coletivo” quando os atores, que “interromperam” sua infância pelas relações de trabalho, o fizeram ainda nos tumultuados anos 20? O que os impulsionava, além da necessidade de subsistência familiar, ao trabalho dentro das sóbrias fábricas de “tradições”<sup>11</sup> britânicas?

Lembramos, ainda, que o objetivo corrente não está na afirmação de que a infância destes trabalhadores tenha sido integralmente “extirpada” de seu tempo. O sentido de “interrupção” aqui proposto trata da condição criada na relação de trabalho indústria/operário que a criança se submetia; isentando a si mesma por força e dever do trabalho, e produção

de mais-valia, da sua condição de criança onde, naquele momento suas “(...) energias infantis” se atrofiavam.<sup>12</sup>

Segundo Angela de Castro Gomes, não estava ainda completamente instituída entre os trabalhadores da primeira república uma “identidade positiva para aqueles que trabalhavam e para o ato de trabalhar”<sup>13</sup>. Ademais, poderíamos afirmar que durante todo o período referente aos primeiros 40 anos — aproximadamente — da República, um processo de formação de uma consciência comum de “culto ao trabalho”<sup>14</sup> se fazia presente nas fábricas, na política, nas escolas e na família.

Tal desejo pelo trabalho era um contraponto à ética da malandragem, ainda muito comum no Rio de Janeiro, por exemplo. Quem trabalhava era, dessa forma, produtivo e de boa moral<sup>15</sup>; atributos que *lato sensu* associavam-se às imagens de independência e maturidade. Segundo um dos entrevistados, o senhor Herrero, — ex-operário da fábrica Carioca, com 85 anos —, sua primeira função assim que entrara na fábrica ainda na década de 20 com apenas 10 anos, foi limpar o chão e as dependências dos restos de algodão:

“Eu tinha 10 anos (...) Garoto alto, forte. Eu queria era trabalhar, na época, tava em casa e dinheiro era comigo mesmo! (...) e como eu, ia todos os garotos do meu top naquela época, né? Pra ganhar dinheiro. Resultado, fomos lá e fomos aceitos na mesma hora, né? Começamos logo a trabalhar. Eu ganhava na época, e... 70 centavos por, por, por hora, né? Dava uma média de 21 mil réis por mês, mais ou menos né? 8 horas por dia, né?”.<sup>16</sup>

Relacionado ao crescente exercício de valorização do trabalho pelo estado, também figurava a incipiente execução das leis referentes ao trabalho infantil. Desde meados dos anos 20 que o trabalho infantil como operário nas fábricas era apenas permitido para maiores de 14 anos<sup>17</sup>. Entretanto, a idade não se apresentava como empecilho, uma vez que a própria administração da fábrica a alterava para registro:

“Antigamente a gente... Como é que se diz? É... Não, não dava o, a idade certa por que tinha que fazer isso porque não existia ainda, é, carteira. (...) Então agente aumentava lá o... o pessoal lá, lá do escritório aumentava a idade”.<sup>18</sup>

A valorização do trabalho, portanto, contribuía na desvalorização do indivíduo em detrimento do coletivo e da produção. O baixo custo dos operários não-especializados — e este era o caso do trabalho infantil, em maioria — se impunha a uma outra espécie de custo: a integridade física.

“(…) No Brasil, existem numerosíssimas creanças entre 13 e 14 annos que labutam nas industrias, concorrendo de forma efficientissima para a melhoria das condições dos que lhes são caros, sem que isto importe na perda da sua saúde ou no retardamento da sua evolução physica e psychica”.<sup>19</sup>

Os acidentes tratavam de “marcar” ainda mais a infância “consentida” pelo apito da fábrica. Nas palavras de antigos trabalhadores, como Dona Esmeralda — fiandeira e tecelã da unidade Mavilis da América Fabril, desde meados dos anos 20, hoje com 95 anos de idade —, está no toque da pele:

“Existia um caixote que agente botava algodão; o resto do algodão ali, pra guardar pra depois ir recolher... E eu quando empurrei com a mão, a mão escapuliu e entrou dentro do tambor... Que roda, pra rodar as espulas pra encher. Então, aqui a marca. [*Dona Esmeralda mostra em sua mão cicatrizes que denunciavam um antigo ferimento. Um pouco mais suaves pelo tempo, porém extensas, as cicatrizes mostravam assim que o acidente fora já há muitos anos*]. (...) levei 3 meses pra curar isso aqui”.<sup>20</sup>

Os acidentes de trabalho, comuns no espaço de trabalho fabril dos séculos XIX e XX, apontavam como um dos indicadores da má qualificação ainda presente no operariado, e das más condições de trabalho, onde mutilações ou doenças — em diversos casos com crianças — compunham o “quadro” das primeiras décadas do trabalho fabril. Assim como Dona Esmeralda, o senhor Herrero também se tornara vítima da inexperiência e do maquinário de funcionamento intermitente.

O trabalho, vindo igualmente como um precoce signo de independência e maturidade, não lhe apresentou só bons momentos. O acidente que lhe mutilara a mão direita em uma prensa, causando a perda de 3 dedos marcara bem a época de sua entrada na fábrica. Outros acidentes da época de sua infância mostravam-se muito comuns,

especialmente em determinadas seções da fábrica como era a seção da chamada “máquina do Diabo”.<sup>21</sup>

“Uma máquina que tinha uma porção de lâmina assim que trabalhava assim [gesticula com os braços], sabe? Umás máquinas grandes, umas máquinas enormes (...) Não sei como é que fazia, só sei que o algodão era jogado ali, e, e, em bruto; aquelas facas trituravam, tanto que cortou vários braços, e um monte de operário aí ficaram sem braço, sem mão, porque... descuidava na hora de, descuidavam conversando, brincando, contando caso e tal... As vezes, descuidava e Pá! (...) não tinha indenização, não tinha nada (...)”.<sup>22</sup>

Assim como os trabalhadores aqui apresentados, outros protagonizaram a mesma situação no cenário industrial da primeira metade do século XX. A imagem do menor de idade, muito explorada por ser mais barata e de fácil controle, esteve nos alicerces da própria formação da classe operária brasileira.<sup>23</sup> Suas questões, portanto, vão além da exploração patronal e da busca de controle de massas produtivas.

#### Conclusão:

O trabalho infantil, bem como a dinâmica ali experimentada pelos operários, trouxe à discussão não apenas uma marcação política e econômica; mas sim uma marcação presente na memória desses homens e mulheres que se constituíram na experiência coletiva e nas relações sociais ali desempenhadas. A infância e suas características lúdicas não estão presentes na lembrança desses atores. Ela está, no entanto, acompanhada pelo trabalho mecânico dos teares e demais maquinários onde se identifica ali presente.

Para estes atores sociais as lembranças de infância se confundem com as precoces lembranças de trabalho; a infância e sua própria lembrança, portanto, se interrompe tanto na memória quanto na formação da fala, uma vez que ela também é memória de trabalho, memória operária.

---

\* Este trabalho constitui-se como parte, adaptada, da dissertação de mestrado em Memória Social, em desenvolvimento, por Ricardo Medeiros Pimenta na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> O termo usado traz consigo uma característica latente nos depoimentos colhidos e no próprio contato com o campo de pesquisa; a gratidão e o afeto desenvolvido pelos integrantes das redes de contato. Diferentemente da

companhia América Fabril, o afeto com a Nova América pelos seus antigos operários parece prevalecer de forma unânime.

<sup>2</sup> PERROT, Michelle. “Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 19.

<sup>3</sup> A indústria pode ser descrita como “um espaço magnético, marcado por pontos de atração e linhas de força”. “(...) *Il ressemble davantage à un espace magnétique marqué par des points d'attraction, des lignes de forces*”. In: BACHELET, Bernard. *L'espace Vécu* In: “*Le Espace*”. Paris: PUF, 1998. p. 6.

<sup>4</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. “Cotidiano de trabalhadores na República”. Col. Tudo é História nº130. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1989. p. 57.

<sup>5</sup> RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930”. 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora Paz e Terra, 1997. p. 139.

<sup>6</sup> O espaço social é composto pelos diferentes atores que ali atuam de forma política, cultural, simbólica, religiosa, econômica e afetiva. BOURDIEU, Pierre. (coord.) “A Miséria do Mundo”. Rio de Janeiro – RJ: Editora Vozes, 2003. pp.

<sup>7</sup> COMÉRCIO, Jornal do. “Carta do centro da indústria do calçado e comércio de couros”. 25 de setembro de 1917.

<sup>8</sup> Entrevista com o Sr. Antonio José Fernandes (Toninho), aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 22 de outubro de 2004. As palavras sublinhadas expressam ênfase na fala do personagem. Assim como este fragmento, os demais seguirão — quando necessário — este mesmo parâmetro.

<sup>9</sup> Entrevista com o Sr. Agenor Figueira Rodrigues, aposentado pela da Companhia Nova América; concedida ao autor em 26 de outubro de 2004. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada

<sup>10</sup> GOMES, Angela de Castro. “A invenção do trabalhismo”. 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2005. pp. 229-231.

<sup>11</sup> As tradições que nos referimos associa-se às práticas e técnicas características das fábricas inglesas que serviram, em muito, de modelo a implementação do setor fabril têxtil no Brasil, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

<sup>12</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit. p. 138.

<sup>13</sup> GOMES, Angela de Castro. “Cidadania e direitos do trabalho”. Col. Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 16.

<sup>14</sup> GOMES, Angela de Castro. “A invenção do trabalhismo”. 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2005. p. 26.

<sup>15</sup> Sobre a ética do não-trabalho (malandragem) e a questão da moralidade presente no trabalho, ver em GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. pp. 25-26.

<sup>16</sup> Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos, aposentado como funcionário do Jardim Botânico e ex-operário da Companhia América Fabril, unidade Carioca; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

<sup>17</sup> Lei Federal, decreto nº 5.083 de 01 de dezembro de 1926.

<sup>18</sup> Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005.

<sup>19</sup> Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, S.P. “Um ensaio de socialismo de Estado no Brasil e as indústrias nacionais” pp. 43-55. In: CARONE, Edgard. “O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)”. Col. Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora DIFEL, 1977. pp 409-419.

<sup>20</sup> Entrevista com Dona Esmeralda da Silva Sereno, aposentada. Ex-operária da Companhia América Fabril, unidade Caju (Bonfim e Mavilis); concedida ao autor em 16 de fevereiro de 2005. O conteúdo escrito em colchetes trata da impressão do entrevistador no momento do depoimento da entrevistada.

<sup>21</sup> Nome dado pelo sr. Herrero ao maquinário com lâminas usado para triturar o algodão que chegava *in natura* na fábrica Carioca.

<sup>22</sup> Entrevista com o Sr. Antonio Herrero Ramos, aposentado. Ex-operário da Companhia América Fabril, unidade Carioca; concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

<sup>23</sup> Algumas concepções ideológicas sobre o trabalho precoce, juntamente com a construção desse discurso no Brasil, poderiam estar relacionadas — uma vez que tratamos aqui da indústria de modelo inglês —, à ideologia puritana. ALVARENGA, Alex Reinecke de. CAMPOS, Herculano Ricardo. “Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho”. In: Estudos de Psicologia 2001, 6(2), pp. 229-230.